

FEMINISMO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO

FEMINISM AND LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: AN APPROACH ON BASED ON DISCOURSE ANALYSIS

Verônica Barboza Scartassini^a
Thiago Henrique Bragato Barros^b

RESUMO

Objetivo: Assim, realiza uma análise do conceito de feminismo nos estudos da CI. **Metodologia:** O estudo utiliza a Análise de Discurso como método para analisar artigos da CI que abordem a temática do feminismo. São utilizados textos dos periódicos de Qualis A1, como Informação & Sociedade: Estudos, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação, indexados pela Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), formando o *corpus* do estudo com um total de oito artigos. **Resultados:** Em um primeiro momento, percebe-se que não há uma preocupação em definir e conceituar o feminismo nos estudos analisados e, quando há, varia entre ser específico ou generalista. **Conclusão:** Nesse sentido, urge-se por um trabalho mais sistemático na temática feminista em CI no Brasil, trazendo uma discussão conceitual sobre o tema. Visa-se não somente a uma apropriação da área nesses conceitos, mas, sim, no aperfeiçoamento do entendimento do feminismo em relação ao objeto da CI.

Descritores: Feminismo. Conceitos. Análise de Discurso. Ciência da Informação.

^a Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF). E-mail: veronicascarta@hotmail.com

^b Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: sean.vogel@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração a formação epistemológica da Ciência da Informação (CI) – enquanto ciência dita interdisciplinar –, diversas temáticas de pesquisa se relacionam à CI. Embora os estudos sobre recuperação da informação sejam um dos cerne da área, compreender as comunidades envolvidas sob a perspectiva informacional é também uma tarefa da CI. No mesmo sentido, estão constituídas as pesquisas que buscam a compreensão e a relevância social de grupos informacionais, como LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, negros e mulheres. Assim, é importante frisar que o sujeito informacional é um importante elo da área e que transcende fronteiras.

Sabendo que discussões envolvendo o papel da mulher na sociedade e do feminismo são crescentes em nossa sociedade contemporânea – tendo em vista sua ampla abordagem de discussão e compreensão –, busca-se identificar e sistematizar qual o conceito de feminismo que está sendo discutido dentro das publicações de artigos científicos da Ciência da Informação brasileira e que estejam indexadas pela Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). É preciso salientar a existência de trabalhos com intuítos semelhantes na CI, como os estudos de Sousa e Tolentino (2017), que estudaram a representação da mulher em instrumentos documentários; de Ribeiro, Decourt, Almeida (2017), que estudaram o conceito gênero nos instrumentos documentários; e de Siciliano, Souza e Meth (2017), que buscaram ver estudos de gênero na CI.

Nessa perspectiva, este estudo se propõe a analisar o conceito de feminismo e ver sua aplicabilidade em trabalhos científicos, como os artigos, que são publicados na CI brasileira e são indexadas pela BRAPCI, a partir da Análise de Discurso (AD), construindo um recorte da realidade dos estudos feministas na CI.

O conceito de feminismo, assim como a discussão envolvendo o próprio movimento e o papel da mulher na sociedade contemporânea, está atrelado a uma discussão ampla e que engloba diversas áreas do conhecimento. Com a ampliação da discussão sobre feminismo em diferentes espaços, torna-se

natural olhar para o campo científico em que se atua e verificar como o campo dialoga com as questões sociais emergentes na atualidade. Dessa forma, compreendendo que a CI possui uma frente ampla de pesquisas e estudos, entender a utilização e apropriação desse conceito é importante para dar continuidade às discussões crescentes envolvendo tanto o campo da CI quanto o campo dos estudos feministas e de gênero.

2 FEMINISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO

Por muitos anos, a história das mulheres não foi contada por elas mesmas, como nos sinaliza Beauvoir (2009). Apesar dos moldes da sociedade atual, a mulher ainda não se encontra como protagonista de sua história. Nesse sentido, em sua célebre obra “O segundo sexo” – publicada inicialmente em 1949 e tendo novas reimpressões até a atualidade –, Simone de Beauvoir argumenta que a condição da mulher se mantém à parte da sociedade, bem como que suas ações são meramente “agitação simbólica”, visto que “[as mulheres] só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder” (BEAUVOIR, 2009, p. 20). A explicação para essa situação reside no fato de que as mulheres não possuem mecanismos concretos para se reunirem e formarem uma classe dirigente, pois vivem dispersas entre os homens, ligadas por questões sociais e econômicas; “[...] burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas dos homens brancos e não das mulheres negras” (BEAUVOIR, 2009, p. 20).

Nesse intuito, a condição de serem mulheres impede sua formação enquanto grupo coeso que se reconhece enquanto classe unificada. Devido ao fato de sua história ser contada por homens, é como se a própria mulher não tivesse passado, presente e perspectiva de futuro. Sua atuação política e econômica é vinculada a membros de sua estratificação social, sendo esse outro fator limitador para a formação de uma identidade única de mulher (BEAUVOIR, 2009).

Anos mais tarde, Angela Davis, ao publicar seu livro “Mulheres, raça e classe”, em 1981, apresenta a condição da mulher negra e norte-americana dentro do contexto-histórico social e na constituição do movimento feminista,

que, desafortunadamente, já nascia segmentado, já que não defendia as condições do antiescravagismo das mulheres e homens negros. Davies (2016), dessa forma, busca retratar uma das questões levantadas por Beauvoir (2009), a falta de unidade e formação de classe entre as mulheres, e como o racismo segmentou um movimento com a bandeira da emancipação.

Assim, é possível verificar que, dentro da estrutura social, a mulher negra é a que sofre com as piores condições. O fato de nascer mulher branca já é condicionante para ficar abaixo dessa estrutura social. O escravo negro homem, quando deixa de ser escravo, é menos subjugado do que a mulher branca, pois, embora seja negro, é homem, enquanto que, nem quando deixa de ser escrava, a escrava mulher negra deixa de ser subjugada, pois, além de negra, é mulher (DAVIES, 2016).

Compreendendo essas questões de opressão, o feminismo começa tomando corpo com a movimentação política e social realizada pelo sufrágio feminino, com início na Inglaterra no século XIX, em busca do voto e da igualdade entre os sexos, apesar de haver exemplos de mulheres à frente de trabalhos masculinos desde a Antiguidade (PINTO, 2010; GARCIA, 2011).

De uma perspectiva histórica, o feminismo pode ser dividido em três ondas, conforme apresenta Garcia (2011). A primeira onda está vinculada ao período iluminista e à Revolução Francesa, tendo por marco a publicação do texto de Poulain de la Barre intitulado “Sobre a igualdade entre os sexos”, de 1673. Nesse texto, o autor defendia a educação sem discriminação de sexo para combater a desigualdade, além de descreditar todo e qualquer preconceito envolvendo as capacidades intelectuais femininas. Com a disseminação das ideias iluministas - dentre elas a de que todos os homens nascem livres, iguais e com os mesmos direitos –, o feminismo se constrói, mostrando-se elemento fundamental para o sucesso da Revolução Francesa (GARCIA, 2011).

No entanto, conforme Garcia (2011), a luta pela igualdade de gênero se intensifica e se radicaliza quando o estado pós-Revolução Francesa não prevê direitos igualitários entre homens e mulheres. A partir disso, existe a formação de uma consciência feminista com base nas publicações das obras “Declaração

dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs”, de 1791, e “Reivindicação dos Direitos das Mulheres”, de 1793, das autoras Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, respectivamente (GARCIA, 2011).

A segunda onda do feminismo ocorre no século XIX em meio a diversos movimentos emancipatórios. É a primeira vez que o movimento feminista é considerado um movimento internacional, salienta Garcia (2011). A revolução industrial e o capitalismo foram – mesmo não sendo o intuito – importantes para a consolidação do feminismo, principalmente pelas contradições existentes nesse sistema econômico. A exemplo dessas contradições, elenque-se o fato de as mulheres terem de trabalhar para o sustento, mas receberem um salário insuficiente para isso, ou, ainda, serem livres, mas não terem liberdade econômica e política sobre si. Nota-se que essas contradições, como aponta Garcia (2011), evidenciavam as problemáticas sociais vivenciadas por mulheres e demais minorias da sociedade nesse período. Dessa forma, segue a autora, a organização política foi uma forma de diminuir essa contradição, pois, de um lado, as mulheres não possuíam seus direitos naturais e, de outro, proletárias e proletários ficavam à margem da riqueza produzida por eles. Ademais, em outra ponta, negras e negros lutavam pela sua liberdade, fim da escravidão e do racismo (GARCIA, 2011).

A segunda onda também é marcada por uma diversificação de pensamentos que eclode na segunda metade do século XIX devido à industrialização e urbanização – principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos –, ocasionando diversas vertentes teóricas e práticas do movimento feminista, de acordo com Garcia (2011). A autora apresenta que, dentre esses aspectos, surge o movimento sufragista, que tinha por pauta principal a liberdade política às mulheres através do voto. O feminismo socialista, que surge devido às divergências entre as classes burguesa e proletária, tem como pauta principal a reivindicação de direitos trabalhistas e a igualdade entre os sexos, incluindo a mesma jornada de trabalho entre homens e mulheres, o mesmo salário e a ascensão na carreira. O socialismo utópico, primeiro movimento a abordar as questões sexistas, volta seu pensamento para denunciar problemáticas sociais envolvendo as mulheres, bem como propõe a

volta de pequenas comunidades autogestionadas. O socialismo marxista, que é baseado na teoria proposta por Karl Marx e pensa a questão feminina a partir da luta e opressão entre as classes, aponta que a opressão da mulher ocorre pelo meio econômico (GARCIA, 2011).

No final do século XIX, ocorre uma cisão entre o sufragismo e o socialismo, devido às divergências de pautas apresentadas pelas sufragistas – mais populares entre as burguesas – e as socialistas – mais populares entre as proletárias –, gerando uma nova vertente do feminismo, o feminismo de classes. O anarquismo também é presente na segunda onda do feminismo e, mesmo não tendo pensado politicamente as questões entre os sexos, tinha como principal pauta a ideia de emancipação da mulher pela sua própria força e esforço individual. Dessa forma, a liberdade se sobressairia sobre as demais questões (GARCIA, 2011).

A terceira onda do feminismo se caracteriza após a Segunda Guerra Mundial e tem, no período entreguerras, um esfriamento dos movimentos feministas devido a algumas pautas já terem sido aprovadas, como o direito ao voto e as igualdades legais. Simone de Beauvoir, ao publicar o livro “Segundo Sexo”, volta com a onda de formação do pensamento feminista e dos movimentos feministas, trazendo, dessa forma, novos elementos para a teoria feminista. Devido às equidades já conquistadas, as mulheres não conseguiam definir a opressão que ainda continuavam a sofrer. Sobre isso, Betty Friedan, em “A mística feminina”, dedica-se a nomear os problemas vivenciados pelas mulheres do século XX, como a domesticidade obrigatória, além das relações de poder entre homens e mulheres (PINTO, 2010; GARCIA, 2011).

Novamente, há uma diversificação de pensamento envolvendo o movimento feminista ao longo da segunda metade do século XX, dentre eles o feminismo liberal, que aponta que a situação da mulher é desigual e busca a igualdade entre os sexos. O feminismo radical, caracterizado como um movimento da contracultura que visa à fundação de novas bases políticas e econômicas, tem como características o igualitarismo e o anti-hierarquismo – nenhuma mulher é melhor do que outra. O feminismo da diferença centra suas questões em pensar a diferença entre os sexos e, a partir disso, elaborar

maneiras de emancipar o sexo feminino, esclarecendo que diferença entre os sexos não é sinônimo de desigualdade. O feminismo cultural visa à autonomia cultural, incentivando reivindicações feministas alternativas, como a não competição, a não violência, a cooperação, a multidimensionalidade da experiência humana, entre outros. O feminismo essencialista engloba as pautas de libertação das mulheres com a contracultura feminina do desenvolvimento de um meio de mulheres para mulheres, assim como exalta o feminino e menospreza o masculino. O feminismo institucional define que as políticas envolvendo as mulheres não pertence somente aos governos nacionais, mas, sim, a todos os governos, de modo internacional (GARCIA, 2011).

No Brasil, os movimentos feministas ocorreram, dentro do possível, em concomitância com os movimentos da Europa e dos Estados Unidos, iniciando com a pauta pela conquista do direito político no início do século XX. Dando sequência, destacam-se os movimentos de classe e anarquistas das mulheres proletárias (PINTO, 2010).

A Ditadura Militar instaurada em 1964 coloca toda e qualquer manifestação política e social à margem, caracterizando-as como subversivas, inclusive o feminismo. Apesar dessa situação, o movimento feminista é tido como um movimento importante para o enfrentamento da força militar, já que contava com a presença de mulheres na luta armada e na defesa da anistia (SARTI, 2004; PINTO, 2010). Nos anos de 1980, quando ocorre o fim do Regime Militar e a abertura política, os movimentos feministas saem das sombras e dão continuidade às pautas feministas internacionais (PINTO, 2010).

É preciso realçar que o movimento feminista no Brasil se origina nas camadas médias da sociedade intitulado “movimento de mulheres”, tendo em vista seu grau de instrução ser considerado alto para a época. Em geral, eram mulheres com ensino superior completo em áreas como ciências humanas, sociais e da saúde (SARTI, 2004; PINTO, 2010).

Apesar disso, de acordo com Sarti (2004) e Pedro (2006), considera-se que o feminismo, de fato, chega ao Brasil na segunda onda, tendo como marco

1) o Ano Internacional da Mulher, em 1975, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU)); 2) o início da Década da Mulher, que ocorre no Brasil e é organizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e 3) a criação do Centro da Mulher Brasileira. Alves (2017) argumenta que, por questões políticas ao próprio movimento, em um primeiro momento, o feminismo é tido como um movimento liberal e burguês, não servindo a partidos comunistas como movimento de luta de classes. Ao mesmo tempo, em discussões internas nos partidos, acreditava-se que o feminismo poderia vir a contribuir na luta de classes que ocorria no Brasil.

Nessa conjuntura de formação teórica e prática do feminismo, é possível compreender que o movimento feminista – ou feminismo – está presente na construção social contemporânea há muitas décadas. Embora seja um movimento que busca a igualdade entre os sexos e dar voz às mulheres, também consiste em um movimento que nasce segregado, visto que sua pauta é referente à mulher branca e burguesa, deixando secundárias as questões pertinentes às mulheres negras e pobres (DAVIES, 2016). Devido a isso, Davies (2016) nos apresenta que, ao longo do século XX, vai surgir outra vertente do feminismo, que é o feminismo negro, cuja pauta é a emancipação e visibilidade da mulher negra.

Dentre todas as explicações referentes à história dos movimentos feministas e às vertentes teóricas do movimento, é preciso ressaltar o que é o feminismo. Garcia (2011, p. 12) indica que, “antes de tudo, o feminismo é um movimento social emancipatório. Visa [...] lutar pelo reconhecimento de direitos e oportunidades para as mulheres e, com isso, pela igualdade de todos os seres humanos”.

Pinto (2010) aponta que o

[...] feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p. 16).

Adichie (2014) discute feminismo como algo maior, ao defender que “[...] feminista é o homem ou a mulher que diz: ‘Sim, existe um problema de gênero

ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar'. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar" (ADICHIE, 2014, p. 23). A autora inclui em sua conceituação as questões de gênero e amplia a discussão para além das fronteiras entre as mulheres, indicando que o feminismo é uma pauta universal.

Em uma perspectiva mais epistemológica, Butler (2018) vai indicar que o feminismo se consolida por ser uma política

[...] formulada para expressar os interesses, as perspectivas das "mulheres". Mas há uma forma política das "mulheres", por assim dizer, que preceda e prefigure a elaboração política de seus interesses e do ponto de vista epistemológico? Como essa identidade é modelada? Estamos tratando de uma modelagem política, que toma as próprias fronteiras e a morfologia do corpo sexuado como base, superfície ou lugar da inscrição cultural? O que circunscreve esse lugar como "o corpo feminino"? É "o corpo" ou "o corpo sexuado" a base sólida sobre a qual operam o gênero e os sistemas da sexualidade compulsória? Ou será que "o corpo" em si é modelado por forças políticas com interesses estratégicos em mantê-lo limitado e constituído pelos marcadores sexuais? (BUTLHER, 2018, p. 164).

Butler (2018), desse modo, lança ao feminismo questionamentos sobre o que consolida a característica feminina, principalmente quando relacionadas à ideia de gênero e identitarismo, além de incluir que a própria construção de uma identidade, ainda que padrão, é cercada de subjetividades e fatores tanto políticos quanto culturais. Nessa perspectiva, Sarti, ainda em 2004, já compreendia que a "[...] idéia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher" (SARTI, 2004, p. 35).

Esses e outros conceitos envolvendo o feminismo são encontrados na literatura de maneira diversa, mas procuram um elo da emancipação feminina em diferentes contextos, como o político, social, econômico, cultural, psicológico, biológico etc. Isso se deve, nas palavras de Pinto (2010), ao fato de que "o movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria" (PINTO, 2010, p. 15).

Essa base ideológica presente na construção do movimento feminista garantiu, em um primeiro momento, uma ideia pejorativa com relação à

terminologia das ações que previam a emancipação feminina. Garcia (2011) indica que o termo “feminismo” nasce em 1911 nos Estados Unidos por escritores, homens e mulheres, para substituir expressões utilizadas no século XIX como “movimento das mulheres” e “problema das mulheres”, descrevendo “um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres” (GARCIA, 2011, p. 12).

Até os anos de 1960, havia resistência por parte das militantes em utilizar o termo. Alves (2017) indica que, no Brasil, essa resistência se dá pela falta da identidade de mulheres ativistas politicamente referente às questões defendidas pelo feminismo, que, até então, tinha em sua pauta questões burguesas. Dessa forma, há, em um primeiro momento, mais identificação com o comunismo – em especial com as questões de classe – do que com o movimento feminista, embora militantes comunistas brasileiras, na época, defendessem pautas emancipatórias dentro do movimento comunista.

A identificação com a pauta feminista, de acordo com Alves (2017), vai modificar-se ao longo da história do próprio feminismo, já que diversas vertentes vão surgindo no decorrer do período. A posição política em assumir-se ou não feminista, devido às divergências sobre as ações e conceitos, feministas realizadas antes dos anos de 1970 e pós 1970, onde só se consideram feministas os movimentos que reivindicaram a libertação da mulher, do contrário eram movimentos femininos.

Assim, o termo – inicialmente pejorativo – foi adotado pelo movimento para indicar, além de definir, seu modo de articulação e a própria identidade das mulheres militantes do movimento. Desse modo, é preciso ter clareza de que as diferentes vertentes teóricas do feminismo proporcionam ao movimento uma característica plural e polissêmica, ressalta Sarti (2004). Nessa perspectiva, nenhuma causa que vise à emancipação da mulher é tida como menor do que a outra.

Além do mais, conforme ocorriam mudanças sociais, novos estudos e perspectivas sobre a mulher, sua atuação e contexto modificavam-se – vide a própria literatura sobre feminismo que vem crescendo com o passar da última década e sua diversidade de vertentes. Butler (2018), em uma visão mais

contemporânea sobre o feminismo, reflete que

Talvez exista, na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamariam de “pós-feminista”, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. Será que as práticas excludentes que baseiam a teoria feminista numa noção das “mulheres” como sujeito solapam, paradoxalmente, os objetivos feministas de ampliar suas reivindicações de “representação”? (BUTLHER, 2018, p. 19).

Assim, como todo movimento político e social, ao longo da realidade histórica vivenciada, o movimento modifica-se e articula-se com o intuito não somente de compreender, mas de diminuir até extirpar a opressão patriarcal às mulheres.

Do ponto de vista desta pesquisa, essa análise histórica visa estabelecer parâmetros e evidenciar o panorama histórico do feminismo no mundo a fim de identificá-lo nos textos analisados, em um movimento arqueológico do próprio discurso.

3 METODOLOGIA

Tem-se como proposta compreender como o campo da CI está dialogando com a temática do feminismo enquanto ideologia, prática política, movimento social e em relação à compreensão dos gêneros. Dessa maneira, escolheu-se a utilização da Análise de Discurso (AD) como método norteador do estudo, levando em consideração que o método é um desdobramento teórico-metodológico com cunho filosófico, linguístico e histórico, pois utiliza elementos da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise para a compreensão documental, discursiva e ideológica do objeto de análise (BARROS, 2017). É, portanto, uma metodologia interdisciplinar que foi desenvolvida a partir dos estudos de Michel Pêcheux na metade do século XX,

o qual cria a linha francesa nos estudos de AD que, posteriormente, tem em Michel Foucault um importante expoente e divulgador da metodologia. No Brasil, os estudos envolvendo a AD tomam corpo a partir dos anos de 1980. No que tange à Ciência da Informação, a utilização dessa metodologia é ainda recente e pouco explorada pelo campo (ORLANDI, 1999; FREITAS, 2010; BARROS, 2015).

A utilização desse método se mostra eficiente porque, de acordo com Barros (2015), a AD vê a produção textual como um objeto de inscrição do discurso e da ideologia; o discurso é, então, um espaço aberto, que parte da língua, que sua materialidade é o texto e o mesmo é atravessado pela ideologia, circunscrito por sua própria história. Na literatura sobre AD, é possível encontrar, atrelada ao conceito de discurso, a metáfora que relaciona o discurso com uma rede de sentidos que se transformam em um tecido discursivo, uma colcha de enunciados (FREITAS, 2010; BARROS, 2017). Orlandi (1999) já apresentava que a produção textual funciona como um objeto de inscrição do discurso e da ideologia. Dessa maneira, o discurso se apresenta não somente como uma manifestação oral, mas também documental. Em detrimento disso, é possível perceber que as narrativas discursivas enredam-se umas às outras, formando uma rede de sentidos.

Assim, o estudo se apresenta utilizador da AD como método. Para a AD, tão importante quanto a análise realizada do objeto, é o *corpus* que se constitui para ser devidamente estudado. Nesse sentido, o *corpus* utilizado por esse estudo é constituído pelos artigos indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), que estão relacionados com a temática do feminismo, que pertencem aos periódicos com Qualis A1, de acordo com o último quadriênio 2013-2016. A formação do *corpus* é de um conjunto de oito artigos pertencentes aos periódicos Informação & Sociedade: Estudos, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação, conforme visualizados no Quadro 1 adiante.

Os periódicos cujos artigos foram selecionados são todos relacionados com a área da CI, da Arquivologia e da Biblioteconomia. O periódico Transinformação está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Sociais

Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sua periodicidade é quadrimestral e, desde o final dos anos de 1980, publica trabalhos vinculados à CI.

O periódico Informação & Sociedade: Estudos está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sua periodicidade é trimestral e, desde os anos de 1990, publica pesquisas desenvolvidas na área de CI e similares. Também nos anos 1990, inicia-se a publicação das pesquisas envolvendo a CI e a Biblioteconomia pelo periódico Perspectivas em Ciência da Informação, vinculado à Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, cuja publicação possui caráter trimestral.

Quadro 1 – *Corpus* de análise

Título	Periódicos
Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense	Informação & Sociedade: Estudos
Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso	Informação & Sociedade: Estudos
A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas	Perspectivas em Ciência da Informação
Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças	Perspectivas em Ciência da Informação
Uma mulher mineira: a construção de um ideal	Perspectivas em Ciência da Informação
Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia	Transinformação
O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero	Transinformação
Sor Juana and her library world	Transinformação

Fonte: autores

Para chegar a esse *corpus*, foram realizados diversos processos de busca e recuperação da informação, o que foi necessário devido ao fato de que não se sabia a dimensão da produção científica brasileira de CI sobre feminismo e os estudos de gênero. Com isso, foram realizadas buscas na BRAPCI envolvendo diversos termos de busca, como: “estudo* de gener* and femini*”, que resultou em um total de 25 termos, dos quais 20 se mostraram propícios para serem analisados; “mulher* and femini*”, que resultou em 37

registros, sendo destes 23 relevantes para o estudo; “mulher”, que resultou em 238 registros, mas 91 se mostraram relevantes. Os registros somaram um total de 134 e foram agrupados e exportados em formato .csv para uma planilha no *software* Microsoft Excel.

Compreendendo que a análise de 134 artigos com a utilização da AD poderia não se mostrar satisfatória, tendo em vista o volume de documentos recuperados, optou-se por restringir o *corpus* aos artigos dos periódicos qualificados no estrato superior da Capes, por compreender os mesmos como periódicos “consolidados”, ou seja, que demonstram o *mainstream* da área. Esse critério limitou a análise de 134 artigos para 8.

Todo o estudo científico encontra alguns fatores limitadores, e esta pesquisa não se mostra diferente. A utilização do critério de verificar os artigos publicados em periódicos cujo Qualis é tido como excelente mostra-se efetiva e ao mesmo tempo limitadora. Efetiva no sentido de verificar que, dentre todos os trabalhos da área de CI, existem alguns que desfrutam de maior relevância que os demais e, portanto, são essas pesquisas que tendem a definir elementos da área, sendo necessário analisar tais documentos. Limitadora, pois, dada a literatura encontrada sobre feminismo na CI, analisar um recorte pequeno pode vir a não representar o que, de fato, a CI tem trabalhado e consolidado referente à temática do feminismo. Dessa forma, considera-se também os elementos da própria metodologia analisada, que prevê um cuidado minucioso e crítico ao delimitar o *corpus* para análise, tendo em vista que qualquer equívoco pode comprometer todo o processo.

A opção de analisar artigos científicos da área sobre feminismo se constitui pelo fato de que os mesmos apresentam maior prestígio acadêmico do que trabalhos de evento, bem como porque a busca se mostrou extensa, tendo em vista que a BRAPCI indexa, além de artigos científicos, trabalhos de eventos.

4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E FEMINISMO

Os artigos publicados variam em uma janela temporal de 20 anos, em que a primeira publicação data de 1998 no periódico Informação & Sociedade:

Estudos, intitulada “Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso”, escrito por uma pesquisadora e professora atuante na área da Ciência da Informação, Rachel Joffily Abath, e pelo pesquisador e professor da área da Educação, Timothy D. Ireland. O artigo de Abath e Ireland (1998) apresenta duas definições específicas de feminismo. Em uma dessas definições, os autores utilizam a influência que a ONU possui quando se refere a feminismo, tendo em vista que a própria organização foi fundamental para o desenvolvimento do movimento feminista, principalmente no Brasil.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (United Nations Development Programme, 1997), em seu item relacionado ao desenvolvimento de gênero, concluiu que nenhuma sociedade dispensa a suas mulheres a mesma atenção que dispensa aos homens e que tal desigualdade é proporcional ao nível de pobreza do país (ABATH; IRELAND, 1998, p. 1).

A segunda definição é mais taxativa, pois “[...] considera-se uma organização feminista aquela que tem ideologia, valores, objetivos e resultados feministas” (ABATH; IRELAND, 1998, *apud* MARTIN, 1990¹, p. 8).

Aliado a esse pensamento de igualdade entre os gêneros e sua relação com a pobreza, Abath e Ireland (1998) estendem seu estudo para compreender a formação do movimento feminista no Brasil, sobretudo no Estado da Paraíba, destacando importantes personalidades e grupos feministas.

O movimento contemporâneo de mulheres na Paraíba nasce de uma tradição em que a participação política individual da mulher se integra à história do Estado. A atuação significativa e corajosa de mulheres, como Anayde Beiriz - intelectual que teve papel de vanguarda na sociedade da Parahyba no final da década de 20, e faleceu na cidade de Recife em 1930, supostamente assassinada por motivos políticos relacionados à Revolução de 1930, conforme relata Joffily (1993). Também destacam-se Elisabeth Teixeira (19--)- integrante do Movimento das Ligas Camponesas no Nordeste, no período de 1961 a 1964; Margarida Maria Alves que liderou o movimento dos canavieiros por carteira de trabalho assinada e por melhores salários, e que foi assassinada em 1983; todas fazendo parte de uma herança que teve forte influência no movimento recente de mulheres (ABATH; IRELAND, 1998, p. 6).

¹ MARTIN, P. Y. Rethink feminist organizations. **Gender & Society**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 182-206, jun. 1990.

Sobre os grupos, Abath e Ireland (1998) destacam que eles surgiram já nos anos finais da Ditadura Militar e tinham por objetivo cuidados com a mulher.

O Grupo Feminista Maria Mulher foi criado em 1979; o Grupo Raízes, em 1984 e a União de Mulheres de Cruz das Armas, em 1986. Os grupos tinham uma característica comum, a área temática, saúde da mulher, questão que estava emergindo nesta ocasião dentro do movimento de mulheres. O Grupo Maria Mulher e Grupo Raízes eram autônomos, compostos por voluntárias, basicamente do meio universitário, e não recebiam apoio de agências financeiras, enquanto a União de Mulheres de Cruz das Armas era composto por mulheres da periferia e ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) (ABATH; IRELAND, 1998, p. 6).

Nos anos 2000, houve duas publicações dos periódicos *Perspectivas em Ciência da Informação* e *Transinformação* com os títulos “Uma mulher mineira: a construção de um ideal” e “*Sor Juana and her library world*”, respectivamente. O primeiro texto é escrito por Jourglade de Brito Benvindo Souza, bibliotecária escolar do município de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Em seu artigo, Souza (2000) busca traçar um panorama histórico da bibliotecária e professora Etelvina Lima, importante personalidade da área da Biblioteconomia que atuou junto à Biblioteconomia do Estado de Minas Gerais, contribuindo para a estruturação do curso na Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de uma obra cujo objetivo é evidenciar e ressaltar a importância, através de um estudo biográfico, do papel desempenhado por uma mulher no cenário da Biblioteconomia brasileira. Por conta disso, o artigo não traz conceitos e definições claras e objetivas de feminismo.

O segundo artigo publicado no período é o texto “*Sor Juana and her library world*”, de Eisa Barberena Blásquez, professora de Biblioteconomia da Universidade Nacional Autônoma do México. Em seu trabalho, Barberena Blásquez (2000) busca resgatar a história de uma importante escritora mexicana e sua biblioteca, Sor Juana, “[...] era considerada a melhor escritora da Nova Espanha”² (BARBERENA BLÁSQUEZ, 2000, p. 85 [tradução nossa]).

Sor Juana era uma personalidade cultural do México, região que, ao

² Sor Juana was considered the best writer of New Spain.

longo dos séculos XVII e XVIII, foi colônia espanhola, chamada de Nova Espanha. Barberena Blásquez (2000) traz um resgate da memória de Sor Juana e de sua biblioteca, ao mesmo tempo que sinaliza o processo cultural que era realizado na Nova Espanha, dominado pela aristocracia e pela Igreja Católica, formando um ambiente totalmente sexista. Apesar dessa situação, Sor Juana conseguiu instruir-se e, refugiada no convento, conseguiu desenvolver seus estudos e escritos, além de formar sua biblioteca, que se encontra espalhada pelas bibliotecas do México. Assim como o texto anterior, o texto de Barberena Blásquez (2000) não apresenta conceitos e definições sobre o feminismo. Nesse sentido, são textos muito similares que buscam realçar o papel da mulher no contexto da ciência e da sociedade.

Em 2003, novamente, há duas publicações sobre a temática publicadas pelos periódicos *Informação & Sociedade: Estudos e Transinformação* com os títulos “Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense” e “O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero”, respectivamente. O artigo “Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense” foi escrito por Maria de Jesus Nascimento (2003), professora do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutora na área de Ciência da Informação. Nesse artigo, Maria de Jesus Nascimento relaciona a busca e as necessidades informacionais com questões de gênero com base na consulta de 70 educadoras da rede de ensino público catarinense, além de indicar que o processo de formação do sujeito informacional e sua transformação estão relacionados com o acesso à informação. Nesse sentido, o artigo faz um breve levantamento histórico sobre textos que abordam as desigualdades entre gêneros no Brasil e a importância da existência desses textos para a modificação dessa realidade.

A autora destaca o papel fundamental do movimento feminista nesse contexto.

No século XX se solidificam muitos movimentos e ações em prol da mulher. Na década de vinte surgem as anarcofeministas, que pregavam a emancipação da mulher. Entretanto, como movimento social, segundo Pitanguy (2002), o feminismo, também chamado de “Movimento de Mulheres” se

firmou no Brasil, só na década de setenta. Período da criação do “Ano Internacional da Mulher”, instituído, em 1975, pela Organização das Nações Unidas – ONU (NASCIMENTO, 2003, p. 125).

Em complemento, Nascimento (2003) indica que os estudos de gênero consistem no estudo da mulher cidadã, o que proporcionou, ano após ano, o crescimento do número de trabalhos sobre a temática. Sobre isso, a autora diz que a temática se tornou tão volumosa que passou a ser incorporada nos estudos bíblicos.

A mais antiga e importante publicação, que apesar de incluir mulheres ímpias, também apresenta muitas mulheres de coragem e fé, é a Bíblia Sagrada. E para demonstrar a ação específica de Deus na história e na vida das mulheres, um heterogêneo grupo de mulheres americanas elaboraram a “Bíblia de Estudo da Mulher” (BÍBLIA, 2002) (NASCIMENTO, 2003, p. 127).

Além do mais, a autora salienta que, dentro da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, estudos de gênero não se constituem como uma realidade, tendo por exceção “alguns artigos que enfocam o domínio do sexo feminino na profissão, mas que não põem em relevância a questão do gênero” (NASCIMENTO, 2003, p. 129).

O segundo artigo, publicado em 2003 pela Transinformação, intitula-se “O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero” e foi escrito por Maria Mary Ferreira (2003), doutora em Sociologia e professora de Biblioteconomia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em seu artigo, a autora aborda o gênero dentro das escolhas profissionais, em especial das bibliotecárias, buscando, dessa maneira, redimensionar os aspectos críticos da profissão.

Nessa perspectiva, a autora aponta que os estudos de gênero são fundamentais para a compreensão da mulher e sua relação com o trabalho, principalmente em profissões ditas femininas.

Os estudos sobre a mulher e as relações de gênero evoluíram significativamente nos vários centros de pesquisa do País, trazendo como filosofia novas interpretações da realidade, fazendo vir à tona contradições antes despercebidas. Sua interlocução direta com o movimento feminista possibilitou um amadurecimento teórico-político, que tem contribuído para uma intervenção mais qualificada desse movimento (FERREIRA, 2003, p. 190).

Quando aborda a relação dos estudos de gênero com a Biblioteconomia, a autora aponta que, “na Biblioteconomia, estudos com enfoque de gênero ainda não estão consolidados, à exceção de alguns artigos especializados na área, que, em geral, não aprofundam as questões de gênero na profissão do/a bibliotecário/a” (FERREIRA, 2003, p. 190). Dessa forma, ainda que as questões relacionadas a gênero viessem sendo discutidas na ciência, em áreas como a Biblioteconomia e Ciência da Informação, os estudos ainda eram recentes no período do artigo analisado. Além disso, a autora indica que a falta dos estudos de gênero na Biblioteconomia se apresenta como um

[...] problema que só será equacionado com a revisão do seu ensino e a busca de uma práxis social, que assuma um caráter revolucionário - transformador da realidade - no sentido de repensar o trabalho feminino nessas áreas, buscando as causas de sua desvalorização e apontando saídas para que a profissional da informação reavalie sua inserção no mundo do trabalho e os conflitos advindos das relações sociais e de gênero (FERREIRA, 2003, p. 190).

Buscando, então, desenvolver um estudo que permita a práxis social, Ferreira (2003) traz uma discussão acerca do conceito de gênero:

O gênero, como categoria analítica, é um modo de referir-se a organização social das relações entre os sexos. Ele busca explicações para a discriminação da mulher, sujeita aos papéis que as inferiorizam baseando-se em sua função reprodutiva ou na força física do sexo masculino. Por ser relacional, a categoria gênero rejeita conceitos que separam os sexos entre si (FERREIRA, 2003, p. 191).

Nesse sentido, de acordo com a autora, e reforçando o que foi mencionado anteriormente, a não presença de trabalhos sobre estudos de gênero na Biblioteconomia e na Ciência da Informação torna a discussão incipiente e faz com que os agentes da Biblioteconomia e da Ciência da Informação tratem da questão como central sobre às desigualdades de gênero vivenciadas no Brasil, apesar disso, o número de mulheres no mercado de trabalho e em instituições de ensino superior aumentarem a cada ano (FERREIRA, 2003). Em 2007, há outra publicação realizada pela Transinformação, com o título “Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia”, escrito por Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, Rodrigo de Castro Cabrero, Maria da Piedade Resende da Costa e Carlos Roberto Massao Hayashi, pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos

(UFSCAR). O artigo escrito por Hayashi e outros (2007) visa analisar as questões de gênero no âmbito da ciência e tecnologia e examina os docentes vinculados à Universidade Federal de São Carlos, com base nos dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os autores sinalizam que, no Brasil, a temática ainda é tida como recente, mas que vem ganhando espaço nas discussões ao longo dos anos.

Sobre a atuação feminina no processo de construção científica e social no Brasil, assim como a formação cultural brasileira, os autores apontam que

A historiografia da ciência no Brasil é recente e é reflexo da história de um país que teve suas bases na sociedade patriarcal, escravocrata, onde a elite letrada era pequena e a voz feminina baixa. Pioneiras como Berta Lutz e Heloísa Torres, precisaram sustentar-se em uma espécie de capital simbólico: a figura de um homem, filhas que eram do cientista Adolfo Lutz e do político Alberto Torres (FERREIRA, 2003, p. 171).

Aliado a esse fragmento, os autores acrescentam que, embora a participação feminina tenha aumentado tanto na ciência como na sociedade no século XXI, a mulher ainda é condicionada a se desenvolver em áreas determinadas como femininas. O artigo de Hayashi e outros (2007) não apresenta conceituação sobre feminismo, mas se dedica a compreender as questões de gênero na ciência e na tecnologia.

A Perspectivas em Ciência da Informação, em 2009 e 2016, publica outros artigos sobre a temática, intitulados “A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas” e “Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças”, respectivamente.

O artigo “A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas” foi escrito por Patrícia Espírito Santo e Lígia Maria Moreira Dumont, pesquisadoras da área de Ciência da Informação. Nesse trabalho, as autoras abordam a interação das leitoras com o jornal Estado de Minas a partir de uma análise textual do jornal. Isto é, as autoras buscam compreender se o texto jornalístico é capaz de inserir a mulher enquanto leitora e consumidora de informações jornalísticas. Para a realização desse trabalho, Santo e Dumont (2009)

estudam a mulher enquanto construção social a partir dos estudos de gênero. Em complemento, as autoras acrescentam que a informação, enquanto bem social, contribui para o desenvolvimento, no caso de seu estudo, da mulher, contribuindo para sua formação e emancipação, ainda que simbólica.

Apesar de utilizarem a terminologia de “estudo de gênero”, as autoras não apresentam uma conceituação ou definição sobre estudo de gênero, tampouco feminismo; o mais próximo que se encontra no texto é um fragmento que compreende os objetivos do estudo.

Dentro deste contexto, procuramos estudar a mulher enquanto uma construção social - perspectiva dos estudos de gênero -, ainda sobre os domínios do patriarcado - discriminação e dominação simbólica -; e o uso da informação enquanto veículo de manutenção, manipulação e/ou transformação da sociedade. Como a informação, enquanto fenômeno social, possui dimensões em todas as esferas, política, econômica, cultural e histórica, procuramos analisá-la levando em consideração esses contextos (SANTO; DUMONT, 2009, p. 22).

No segundo artigo, há também a busca por compreender as práticas de leitura das mulheres. O artigo é de 2016 e se intitula “Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças”, escrito por Nathalia Paulino Oliveira, bibliotecária e pesquisadora em Ciência da Informação, e Fabrício José Nascimento da Silveira, professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Os autores, em um primeiro momento, resgatam o contexto histórico envolvendo publicações seriadas, como as revistas, e a sua relação com o público feminino, que, desde o início, é marcado por diferenciações de gênero no que tange ao conteúdo publicado por esses documentos. Em um segundo momento, Oliveira e Silveira (2016) contextualizam seus objetos de estudo, as revistas “Fonfon” e “Jornal das Moças”. A partir disso, não apresentam definições ou conceituações envolvendo feminismo ou estudo de gênero, fazendo com que o estudo fique mais focado na formação de leitoras da década de 1920.

A partir do que foi acima exposto e analisado, é possível analisar, no quadro abaixo, os principais elementos abordados pelos textos que formam o *corpus* de análise.

Quadro 2 – Principais abordagens do corpus de análise

Título dos textos analisados	Principais abordagens dos textos analisados
Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso	Apresenta duas definições sobre feminismo, ambas empregadas para definir o que são organizações feministas. Uma das definições tem base no entendimento da ONU, a outra é taxativa, indicando que organização feminista é aquela que possui ideologia e valores feministas.
Uma mulher mineira: a construção de um ideal	Não apresenta definição de feminismo; porém, resgata a memória de Etelvina Lima, bibliotecária e professora da área da Biblioteconomia.
Sor Juana and her library world	Não apresenta definição de feminismo; atua no resgate da memória de Sor Juana, importante figura no desenvolvimento intelectual e cultural do México.
Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense	Relaciona as necessidades informacionais com questões de gênero, indicando que tais preocupações, embora crescentes, não são totalmente incorporadas na Ciência da Informação. Indica que as questões de gênero são importantes na formação do sujeito informacional.
O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero	Trata-se de um estudo de gênero no âmbito das profissões, que busca redimensionar os aspectos críticos da profissão. Aponta que os estudos de gênero são fundamentais para a compreensão da mulher e sua relação com o trabalho, principalmente em profissões ditas femininas.
Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia	Analisa as questões de gênero no âmbito da ciência e tecnologia. Não apresenta definições sobre gênero ou feminismo. Indica que a participação da mulher é crescente no âmbito da ciência e tecnologia.
A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas	Aborda a interação das leitoras com o jornal a fim de verificar se o texto jornalístico é capaz de inserir a

	mulher enquanto leitora e consumidora de informações jornalísticas. O texto estuda a mulher enquanto construção social a partir dos estudos de gênero, sem apresentar conceituações ou definições mais profundas sobre gênero.
Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças	Apresenta resgate histórico da revista e sua relação com o público feminino, marcando, desde o início, diferenciações de gênero referentes ao conteúdo publicado. Apesar de apresentarem esse resgate, o estudo não apresenta definições ou conceituações sobre feminismo e estudos de gênero.

Fonte: autores

Dessa forma, é possível compreender que os trabalhos analisados têm preocupações com relação ao papel desempenhado pela mulher e toda a gama de elementos relacionados a ela. No entanto, alguns elementos se destacam nesse meio, como o fato de que a ampla maioria dos trabalhos não apresentam contextos ou filiações teóricas envolvendo estudos de gênero e feminismo. Outro ponto reside na consolidação desses estudos que se apresentam com abordagem aplicada, visando analisar um caso, um tipo documental ou um grupo específico. Apesar desses elementos, vê-se que, na maioria dos textos, existe a preocupação em ampliar a discussão sobre gênero e feminismo, mostrando que a Ciência da Informação ainda possui muito a estudar e a discutir referente a essa temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto ao longo do estudo apresentado, é possível realizar algumas considerações. Em um primeiro momento, compreende-se que os estudos feministas e de gênero se apresentam com uma proposta complexa e diversificada, ainda que as pautas norteadoras de muitas das vertentes feministas sejam a emancipação feminina e a igualdade entre os gêneros. Além do mais, o estudo do feminismo é realizado sob diferentes

prismas e áreas do conhecimento, contribuindo de inúmeras maneiras para sua consolidação.

A partir do levantamento de discussões e entendimentos histórico-conceituais do feminismo, inicia-se o processo de compreensão na Ciência da Informação sobre os pontos levantados. Dessa forma, compreende-se que os estudos envolvendo feminismo e estudos de gênero não se preocupam, em um primeiro momento, em trazer para seu corpo teórico discussões e conceituações sobre feminismo, embora os trabalhos sejam escritos nessa temática.

Leva-se em perspectiva que os textos analisados visavam compreender o papel da mulher na sociedade e sua construção de sujeito informacional, como é o caso dos textos “Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso”, “O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero”, “Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia”, “Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense”, “A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas” e “Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças”. Nesses trabalhos mencionados, percebeu-se que existia a preocupação em difundir os estudos de gênero e estudos feministas, mas a ancoragem teórica desses trabalhos não foi apresentada, ou não existia.

Os textos “Uma mulher mineira: a construção de um ideal” (Etelvina Lima) e “*Sor Juana and her library world*” (Sor Juana) buscam resgatar a memória de mulheres importantes para o contexto intelectual, cultural e social brasileiro – em especial o mineiro – e mexicano, respectivamente. Percebeu-se em ambos os textos a exaltação da figura política de Etelvina Lima e Sor Juana, em uma tentativa de retirar ambas as figuras do esquecimento e colocá-las em seus locais de história.

Dessa forma, entende-se que este estudo é uma problematização e um início para compreender os estudos feministas na área da Ciência da Informação através do discurso utilizado. Assim, salienta-se que ampliar o corpus analisado, assim como utilizar outros tipos de documento, pode trazer

novas impressões e compreensões da apropriação de/dos discursos feministas na Ciência da Informação. Com isso, para sugestões futuras, indica-se analisar trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) sobre a temática feminista.

REFERÊNCIAS

- ABATH, R. J.; IRELAND, T. Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 8, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/92003>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ALVES, I. C. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: história, memória e política. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, n. 2, p. 107-140, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17245/12146>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- BARROS, T. H. B. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso**: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- BARROS, T. H. B. Discurso, informação e conhecimento: perspectivas iniciais à Ciência da Informação. **Brazilian Journal Of Information Science**, Marília, v. 11, p. 26-33, 2017.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BLÁSQUEZ, E. B. Sor Juana and her library world. **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 83-92, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/115225>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DAVIES, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, 2003. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/115486>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FREITAS, L. S. A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcance epistemológico: uma atualização. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 32-55, 2010.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

HAYASHI, M. C. P. I.; et. al. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 169-187, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/115919>. Acesso em: 22 nov. 2019.

NASCIMENTO, M. J. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/91387>. Acesso em: 22 nov. 2019.

OLIVEIRA, N. P.; SILVEIRA, F. J. N. Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 33-60, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/37158>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ORLANDI, E.L.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 dez. 2019.

RIBEIRO, A. R. P.; DECOURT, B.; ALMEIDA, T. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 208-234, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35012>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SANTO, P. E.; DUMONT, L. M. M. A leitora e sua relação com o jornal Estado de Minas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 20-37, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/38477>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro nos anos de 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago.

2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SICILIANO, M.; SOUZA, C. M. S.; METH, C. M. S. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33868>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUSA, B. P. de; TOLENTINO, V. S. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 166-207, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34272>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUZA, J. B. B. Uma mulher mineira: a construção de um ideal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, p. 25-37, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/36180>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FEMINISM AND LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: AN APPROACH ON BASED ON DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT

Objective: Thus, it is intended to carry out an analysis of the concept of feminism in the context of IC. **Methodology:** The study uses Discourse Analysis as a method, analyzing CI articles involving feminism. For this, texts from Qualis A1 journals are used, such as *Informação & Sociedade: Estudos*, *Perspectivas em Ciência da Informação* and *Transinformação*, indexed by the Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), forming the corpus of the study with eight articles. **Results:** At first, it is clear that there is no concern with defining and conceptualizing feminism, and when there is, it varies between being specific or generalist. **Conclusion:** In this sense, there is an urgent need for more systematic work on the feminist theme in Brazil, bringing conceptual discussion and aiming not only at the appropriation of the area in these concepts, but at improving its understanding of the IC object.

Descriptors: Feminism. Concepts. Speech analysis. Information Science.

FEMINISMO Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN: UN ENFOQUE BASADO EN EL ANÁLISIS DEL DISCURSO

RESUMEN

Objetivo: por lo tanto, se pretende realizar un análisis del concepto de feminismo en el contexto de la CI. **Metodología:** El estudio utiliza el análisis del discurso como método, analizando artículos de CI que involucran el feminismo. Para esto, se utilizan textos de las revistas Qualis A1, como *Informação & Sociedade: Estudos*, *Perspectivas em Ciência da Informação* y *Transinformação*, indexados por la Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), formando el corpus del estudio con ocho artículos.

Resultados: Al principio, está claro que no hay preocupación por definir y conceptualizar el feminismo, y cuando lo hay, varía entre ser específico o generalista. **Conclusión:** en este sentido, existe una necesidad urgente de un trabajo más sistemático sobre el tema feminista en Brasil, trayendo una discusión conceptual y apuntando no solo a la apropiación del área en estos conceptos, sino a mejorar su comprensión del objeto IC.

Descriptores: Feminismo. Conceptos. Análisis del discurso. Ciencias de la Información.

Recebido em: 03.05.2021

Aceito em: 27.09.2021